

# **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**

**Estado do Espírito Santo  
Sala das Sessões “José Carlos Queiroz”**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**PARECER Nº 033/2022**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 004/2022 DE AUTORIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

**PROCESSO Nº 2.469/2022**

### **I – RELATÓRIO**

No prazo legal, o Chefe o Poder Executivo encaminhou a esta Casa de Leis, Veto Total ao Projeto de Lei nº 004/2022, de autoria do Legislativo Municipal.

### **II – VOTO**

Foi encaminhado a esta Casa de Leis as razões do veto total ao Projeto de Lei nº 004/2022, de autoria do Legislativo Municipal que objetiva alterar o CAPÍTULO II E OS ARTIGOS DA LEI Nº 680 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O veto total afirma que a norma objurgada, de iniciativa unilateral do Poder Legislativo, por acarretar inopinada redução de receitas, obstaculizando o desembaraçado exercício das funções inerentes ao Chefe do Poder Executivo, positiva flagrante desrespeito ao princípio da harmonia e independência entre os poderes, consagrado na Constituição Federal, bem como a Estadual.

Assim, é indispensável à demonstração do impacto da renúncia no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e, ainda, que a medida seja considerada na estimativa de receita da lei orçamentária a cada ano, ou estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado da norma acima transcrita.

Destarte, a Câmara de Vereadores extrapolou suas atribuições, pois a redução da arrecadação afeta diretamente a atividade administrativa e a execução orçamentária, matérias de competência exclusiva do Prefeito Municipal, o qual, para saldar os compromissos financeiros do Município, teria que buscar recursos de fontes diversas das previstas no orçamento, mas sofreria as restrições para endividamento estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei dos Crimes contra as Finanças Públicas, cujas matérias o Tribunal de Contas do Estado têm sido muito rigoroso.

# **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**

**Estado do Espírito Santo**

**Sala das Sessões “José Carlos Queiroz”**

Assim, a rejeição ao projeto apresenta-se, assim, com traço exclusivamente jurídico. E não político.

Pois bem, inicialmente cabe destacar que para se vetar um projeto ou parte dele depende de discricionariedade, tem critérios, e só pode ser vetado se for inconstitucional ou contrário ao interesse público, conforme art. 55, § 2º da Lei Orgânica Municipal.

No caso do projeto em questão, vemos que a fundamentação do executivo encontra-se respaldo na inconstitucionalidade, uma vez que afirmou que o projeto está renunciando despesas.

O projeto de lei em suma é uma forma de projeto/campanha de conscientização, uma ação de incentivo, com o objetivo de somar forças para a conscientização da população. Desta maneira, o objetivo do projeto é incentivar a geração de emprego e a regularização junto ao município para poder exercer suas atividades de forma legal e tranquila dentro das normas Estadais.

Destarte, o presente projeto visa incentivar a regularização das empresas que se encontram na informalidade, concedendo assim a isenção da taxa de alvará, cobrando-se somente na abertura da empresa e em caso de alteração cadastral e não a cobrança anual, como vem sendo executado em prol da contratação de adolescentes aprendizes, portanto, concorrente a iniciativa.

Contudo, pelos fatos expostos nas razões do veto, e no que compete a competência desta Comissão, destacamos que vetar um Projeto depende de discricionariedade, tem critérios, e só pode ser vetado se for inconstitucional ou contrário ao interesse público, o que em análise minuciosa, concluímos que a justificativa do executivo é plausível para tanto.

Percebe-se ainda, que em consulta aos arquivos do Legislativo foi protocolado projeto de lei com o mesmo objetivo o que comprova o brilhantismo da iniciativa do Nobre Vereador e a intenção do Executivo em colocá-lo em prática.

Contudo, para aprovação ou rejeição do veto, necessário o voto da maioria absoluta dos vereadores, devendo, portanto, ser o mesmo submetido ao Douto Plenário para deliberação.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**

**Estado do Espírito Santo**  
**Sala das Sessões “José Carlos Queiroz”**

Nesse sentido, conforme legislações em vigor receberam e encaminharam o presente Veto Total ao Projeto de Lei nº 004/2022, para ser analisado em plenário, para seu legal processamento, por ser medida de Justiça.

Por todo exposto, voto favorável a tramitação do Projeto de Lei em estudo, para que seja deliberado em Plenário pelos Dignos Pares.

É como Voto.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 06 dias de junho de 2022.



**JAIR SANDRINI**  
**Vereador Relator**

## **VOTO DO EDSON SEBASTIAO SOPRANI**

**Acompanho o voto do Relator.**



**EDSON SEBASTIÃO SOPRANI**  
**Vereador Presidente**

## **VOTO DO VEREADOR ADEUTER TADEU GABRIEL**

**Acompanho o voto do Relator.**



**ADEUTER TADEU GABRIEL**  
**Vereador “ad hoc”**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**

**Estado do Espírito Santo**  
**Sala das Sessões “José Carlos Queiroz”**

## **DECISÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização em reunião realizada aos 03 dias do mês de junho do corrente ano, unanimidade de seus membros, decidiram pela tramitação e regular processamento do veto total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 004/2022, opinando pela fiel tramitação e votação na forma regimental.

Sala de reuniões da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 06 dias do mês de junho de 2022.

  
**EDSON SEBASTIÃO SOPRANI**  
**Vereador Presidente**

  
**JAIR SANDRINI**  
**Vereador Relator**

  
**ADEUTER TADEU GABRIEL**  
**Vereador “ad hoc”**